

EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA, INCLUSÃO SOCIAL E EXTENSÃO DESCOLONIAL NO PRÉ-ENEM POPULAR VALE DO GURGUEIA

Marta Vitória Cardoso Machado¹
Aimeé Jordânia de Aquino Rocha²
Thiago Freitas Targino³
Maria do Socorro Pereira da Silva⁴

RESUMO EM PORTUGUÊS: O artigo tem como objetivo analisar como o projeto de extensão Pré-Enem Popular contribui para inclusão social das classes populares na universidade, enfatizando a concepção de educação democrática na preparação de jovens e adultos para realização do Enem. Considerando esse contexto, questionamos como o Pré-Enem Popular a partir dos fundamentos da educação democrática contribui para inclusão social das classes populares no acesso ao ensino superior? A perspectiva metodológica da pesquisa considerou a abordagem qualitativa e a pesquisa Investigação-Ação Participativa, através da coleta e produção de dados com aplicação de questionário via GoogleForms, entrevista semiestruturada online e a observação participante, considerando como sujeitos da pesquisa professores-monitores do projeto. Os dados foram analisados à luz do método dialético. Os resultados apontam que com relação à democracia interna 62,5% dos monitores acreditam que os instrumentos participativos contribuem para a concepção de educação democrática, quanto à participação da comunidade externa no projeto 50% dos entrevistados consideram expressiva, mas que precisa ser ampliada; para 87% dos monitores a proposta educativa do projeto de extensão contribui para descolonizar o pensamento hegemônico de extensão e 50% concordam que o projeto contribui democraticamente para o acesso das classes populares no ensino superior e para democratização da universidade.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Pré-Enem Popular. Inclusão Social. Educação Democrática. Enem

¹ Discente do curso em Medicina Veterinária, Universidade Federal do Piauí (UFPI), campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE), Bom Jesus, Piauí, Brasil, e-mail: martavimmachado@ufpi.edu.br.

² Discente do curso em Engenharia Florestal, Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE), Bom Jesus, Piauí, Brasil; e-mail: aquinorochoa@ufpi.edu.br

³ Discente do curso em Engenharia Agrônoma, Universidade Federal do Piauí (UFPI), campus Profa. Cinobelina Elvas (CPCE), Bom Jesus, Piauí, Brasil, e-mail: thiagotargino1212@gmail.com.

⁴ Professora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (UFPI), Universidade Federal do Piauí (UFPI), campus Profa. Cinobelina Elvas (CPCE), Bom Jesus, Piauí, Brasil, e-mail: socorroprof@ufpi.edu.br.

1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO PRE-ENEM POPULAR

A história da educação brasileira tem alicerces no modo de colonização pelo qual o país passou, que se baseava na exploração natural e humana a partir da doutrinação cristã. No século XVI, a educação da colônia de Portugal em terras americanas se baseou em metodologias jesuíticas de ensino, que incluíam o ensino de português e latim e a catequização dos indígenas, utilizando-se música e dança, assim “[...] é observável que o início da educação brasileira é marcado, principalmente, pela colonização, enquanto exploração da terra; aculturação, enquanto submissão forçada dos índios à cultura europeia e catequização dos índios na fé cristã.” (SAVIANI, 2010, p. 26-27). A educação para reprodução das ideias dominantes, assumidamente disciplinadora, autoritária e instrutiva de viés religioso visava ocultar e desvalorizar os saberes da população originária.

A educação democrática está fundamentada no respeito aos conhecimentos dos estudantes e no desenvolvimento de metodologias que garantam a participação como o centro do processo educativo por meio da liberdade e da igualdade, fortalecendo a possibilidade de democratização das universidades. Nesse contexto, é observável a necessidade da educação descolonial que visa mitigar ou mesmo excluir os efeitos da colonização excludente e discriminatória, a qual contribuiu, em partes, para o afastamento das classes populares do acesso à educação de qualidade e incentivadora do senso crítico. A extensão descolonial busca a intersecção entre os saberes populares e científicos por meio de projetos envolvendo docentes, discentes e a população. Assim, surge o questionamento: como o projeto Pré-Enem Popular Vale do Gurgueia (PEPVG) contribui para a educação democrática?

O PEPVG oferece inscrições gratuitas e sem processo seletivo, sempre de acordo com a estrutura física oferecida pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), para atender a todos os alunos; medidas são tomadas para alcançar o maior número de inscritos, tal como a montagem de uma estrutura na praça mais movimentada da cidade para o atendimento dos interessados em realizar a inscrição e assim ocorrer a aproximação com o público-alvo. Durante as aulas, metodologias ativas e participativas de aprendizado são aplicadas, visando inserir os estudantes na aquisição e produção do conhecimento; além da abordagem de temas atuais, supradisciplinares e a interdisciplinaridade despertando o senso crítico e o raciocínio independente.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar como o Pré-Enem popular, como projeto de extensão universitária, contribui para a educação democrática que garanta o acesso das classes populares ao ensino superior e a democratização da universidade. E, como objetivos específicos: identificar quais princípios democráticos orientam a prática educativa do PEPVG; descrever quais instrumentos pedagógicos e organizativos do PEPVG garantem a educação democrática; e analisar como o Pré-Enem contribui para a democratização da UFPA, enfatizando sua colaboração para inclusão das classes populares no ensino superior.

Compreendemos que a perspectiva de descolonização da extensão universitária tem como referência o sentido popular da democratização da universidade. A extensão popular que se realiza pela interação entre ensino e extensão, partindo para um paradigma de ciência descolonial, cuja prática epistemológica de extensão pretende alterar a perspectiva instrumentalista de qualificação e aprovação no Enem, para uma nova lógica de formação humana.

2 EXTENSÃO DESCOLONIAL, EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA E PRÉ-ENEM POPULAR NA UNIVERSIDADE

A história da educação brasileira tem alicerces no modo de colonização pelo qual o país passou, “[...] é observável que o início da educação brasileira é marcado, principalmente, pela colonização, enquanto exploração da terra; aculturação, enquanto submissão forçada dos índios à cultura europeia e catequização dos índios na fé cristã.” (SAVIANI, 2010, p. 26-27). A educação para reprodução das ideias dominantes, assumidamente disciplinadora, autoritária e instrutiva de viés religioso visava ocultar e desvalorizar os saberes da população originária.

Esse paradigma educacional se estendeu ao ensino superior, entre os séculos XVII e XIX, para dar legitimidade à dominação, iniciada com a conquista da América. A base da formação das elites tinha como princípio científico a objetividade e a neutralidade, com claras preferências ao eurocentrismo descritivo e impositivo sobre o resto da população mundial. Mignolo (2005) denominou de “ego-logia”, pois tem sua centralidade no indivíduo abstrato e sem localização, fora do contexto, resultado da separação mente/corpo, homem/natureza. Assim, ações como essas contribuíram para perpetuar as diferenças entre a antiga metrópole colonizadora e a colônia explorada, para qual a educação tinha lugar na manutenção do projeto eurocêntrico.

Nesse contexto de discriminação, de resultados econômicos e sociais derivados do processo colonizador, surgiu o conceito de educação descolonial como a construção de uma filosofia de vida que marcha para a construção de uma ciência própria. Essa educação descolonial se realiza a partir do Sul do Mundo Latino-Americano, ou seja, na periferia do mundo. Uma concepção filosófica de educação na perspectiva dos que estão na periferia é um instrumento para pensar sobre sua própria realidade, “[...] o certo é que a filosofia parece ter surgido sempre na periferia, como necessidade de se pensar a si mesmo perante o centro e perante a exterioridade total, ou simplesmente diante do futuro da libertação.” (DUSSEL, 1977, p. 9). Essa educação questiona as dinâmicas pedagógicas como produtoras de desigualdades, de teorias que afirmavam que existiam locais exatos de produção do conhecimento e de uma única ciência. Essa proposta de educação descolonial aponta para as bases fundacionais de construção da educação popular, a partir da realidade dos sujeitos populares, na construção da educação democrática, da educação na perspectiva dos oprimidos, como sugere Freire (1978, p. 90):

Uma educação que possibilite ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro.

Em igual sentido, Silva (2017, p. 157) afirma: “[...] as classes populares reconhecem a necessidade de assumir o protagonismo na produção do conhecimento sobre a sua prática social como condição para se pensar a reinvenção de uma educação libertadora”. Florestan Fernandes (1989, p. 13) aponta a relação entre democracia e educação como elementos fundacionais para as transformações sociais no Brasil, em que “[...] uma não se transforma nem pode transformar-se sem a outra”. Esse contexto refere-se à história de luta das classes populares, não apenas daquelas em favor da Educação, mas a do movimento de luta pela democratização da sociedade, que passa, necessariamente, pela democratização do conhecimento e pela universalização do direito à educação. Assim, a educação democrática deve ser comprometida com a justiça social, cuja intencionalidade visa assegurar as condições objetivas e subjetivas na garantia de igualdade no acesso ao conhecimento, enraizado no projeto de sociedade com justiça social, sobretudo, para as classes populares.

A extensão universitária assume papel fundamental na democratização da ciência a partir da relação com o conhecimento da comunidade externa. Nesse sentido, organiza-se nos pressupostos das escolas democráticas que se baseiam na gestão a partir dos princípios democráticos. A democracia como parte e totalidade dos princípios que fundamentam a liberdade e a igualdade na construção de uma política educacional. A prática democrática que vise à superação das desigualdades educacionais a partir da participação de alunos, professores e demais funcionários no ambiente educativo.

Desse modo, uma escola democrática deve considerar as especificidades e a diversidade dos sujeitos presentes em seu ambiente, eliminando as relações autoritárias do modelo tradicional de educação. O Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nos lembra do papel da educação como formadora de cidadãos e do papel nesse processo educativo dos sujeitos na escola (BRASIL, 1996). Nesse contexto, os estudantes são atores centrais do processo educacional, desenvolvendo senso de responsabilidade e a criatividade em suas atividades formativas, organizativas e pedagógicas. As escolas devem proporcionar o aumento do aproveitamento e a velocidade do aprendizado, com ritmo de aprendizado próprio, possibilitando mais compromisso e responsabilidade.

No contexto do ensino superior, a extensão assume dimensão necessária na relação com a comunidade externa, no sentido de trabalhar a concepção de educação democrática partindo da realidade dos sujeitos, considerando seus contextos e seus saberes. A extensão popular que se realiza no contexto da extensão universitária tem como princípio possibilitar o diálogo entre os saberes científicos e os saberes populares, entre teoria e prática, por meio de pedagogia participante que considere a vivência e o cotidiano dos sujeitos extensionistas.

Essa perspectiva de extensão na universidade tem levado a Educação do Campo da UFPI (CPCE) a coordenar projetos que têm como princípio a democratização do acesso ao ensino superior junto às classes populares, com um dever necessário ao desenvolvimento social. Vale ressaltar que a luta pelo direito à educação para classes populares não se encerra com os cursos de licenciaturas, mas se amplia com a oferta de projetos de extensão que visam preparar os estudantes das classes populares para o ingresso no curso superior.

O PEPVG é realizado na UFPI, *campus* professora Cinobelina Elvas (CPCE), em Bom Jesus-PI, financiado por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC). A realização do PEPVG, como projeto de extensão, organiza-se por meio de aulas presenciais, aulas integradoras e aulas de revisões, ciclos de cultura, a partir de metodologias participativas. O

Projeto dispõe de espaço físico, transporte urbano do centro da cidade até a Universidade para o deslocamento dos participantes, de acesso à biblioteca, de acesso ao material didático e pedagógico, impresso e *on-line*.

A organização do Pré-Enem é composta por uma coordenação (coordenadora, coordenadora adjunta, coordenadora pedagógica), 18 monitores – estudantes da graduação – que atuam como professores na preparação para o Enem. Os monitores são discentes vinculados aos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, Engenharia Florestal, Engenharia Agrônômica e Medicina Veterinária. O Pré-Enem oferta cursos de extensão para formação dos monitores nas áreas do conhecimento descolonial, metodologias participativas, didáticas do ensino, formação ética e humana, prática educativa e pedagógica no contexto da extensão.

O termo “popular” do Pré-Enem Popular Vale do Gurgueia revela seu público prioritário, as classes populares que, historicamente, têm sofrido com o processo de exclusão educacional. O popular que reafirmamos na extensão é o que “[...] faz opção por enraizar-se em determinados lugares, realidades e setores sociais. Ao adotar o sobrenome ‘popular’ altera a identidade da educação e do que historicamente nos disseram que é o popular: algo de qualidade rebaixada, situado em patamar inferior ao do erudito.” (SILVA, 2020, p. 11). O “popular” da extensão universitária tem o propósito de ressignificar o sentido de extensão em defesa da educação comprometida com a realidade social, cuja síntese é o processo de democratização da universidade para as classes populares. A extensão popular é um passo fundamental para a educação democrática no processo de descolonização do paradigma hegemônico de extensão universitária.

3 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A metodologia que utilizamos foi a abordagem qualitativa, quanto ao tipo de pesquisa escolhemos a Investigação-Ação Participante, considerando que os pesquisadores estão situados no mesmo contexto dos sujeitos pesquisados, valorizando o interconhecimento na construção de uma ciência descolonial no contexto da pesquisa educacional. Como lócus da pesquisa, situamos o projeto Pré-Enem Popular Vale do Gurgueia que caracteriza-se como extensão universitária e é desenvolvido no Campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE), na cidade de Bom Jesus-PI, atende mais de 100 sujeitos das classes populares. A fim de analisar a importância que essa iniciativa tem sobre a comunidade a qual atende jovens e adultos das

classes populares orientado pelos princípios de educação democrática e descolonial, optamos pela coleta e produção de dados com a aplicação de questionário *on-line*, via Google Forms, observação participante e entrevista semiestruturada.

Os sujeitos da pesquisa foram 8(oito) professores-monitores do Projeto, alguns, inclusive, egressos do projeto pré-enem. O questionário foi composto por nove questões, sendo duas subjetivas e sete objetivas. As questões orientaram a coleta de dados e análise dos resultados, no sentido de descrever na percepção dos monitores, agentes ativos na construção, realização e a organização do PEPVG, enfatizando que princípios orientam a prática educativa e os instrumentos organizativos e pedagógicos do Pré-Enem que apontam para a educação democrática e a extensão descolonial no contexto da universidade.

4 EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA NO PROCESSO ORGANIZATIVO DO PRÉ-ENEM POPULAR: caminhos para democratização da universidade

A extensão popular no contexto do Pré-Enem Popular se identifica com o conceito de extensão ao contrário, de Santos (2010), que significa levar a comunidade para dentro da universidade, abrindo portas e espaços para a troca de saberes na produção de novos modos de produção do conhecimento. Boaventura de Sousa Santos propõe a Ecologia dos Saberes:

[...] as epistemologias do Sul são um conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. Esse diálogo chamamos de ecologia dos saberes. (SANTOS, 2010, p. 19).

Outra característica da extensão popular é o interconhecimento como base fundacional da educação democrática, ou seja, é necessário reconhecer os saberes populares como dimensão na descolonização do conhecimento científico que hegemoniza a extensão. A dimensão do popular na extensão vai contribuindo para a concepção de extensão que denominamos como **descolonial**, ou seja, o popular retoma o sentido da comunidade na relação da produção do conhecimento com a universidade. Isso significa a necessária presença da comunidade na participação ativa no diálogo dos saberes, superando a lógica reprodutora e passiva da transmissão do conhecimento. A extensão popular tem como marca dissidente, no processo de descolonização das metodologias tradicionais, a pedagogia participante, ou seja, o conhecimento é obra coletiva dos sujeitos extensionistas.



Neste estudo, procuramos analisar as concepções dos extensionistas que atuam como professores-monitores do Pré-Enem, percebendo como compreendem a democracia no contexto das dinâmicas internas e externas do Projeto, além de analisar como se dá a participação da comunidade, evidenciando tensões, contradições, limites e avanços, enfatizando a construção da dimensão democrática da sua prática educativa. Com relação à primeira questão da pesquisa, **perguntamos sobre a democracia interna no Pré-Enem Popular e se os instrumentos democráticos do PEPVG** que, que na opinião dos professores-monitores apontam para a construção de uma educação democrática. Os resultados apontam que 62,5% dos entrevistados acreditam que o nível de democracia é superior e que 37,5% consideram médio superior. Observamos que os índices estão concentrados entre superior e média superior, portanto acima da média, indicando que o PEPVG apresenta índices de compromisso com a construção da educação democrática. Identificamos essa perspectiva nos seguintes elementos: autonomia e liberdade que os monitores têm como autores de suas aulas, usando sua própria criatividade para integrar conhecimentos com os alunos, sem interferências diretas e externas de professores e coordenadores.

Na segunda questão tentamos verificar como os instrumentos democráticos no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem contribui para relação monitores e alunos, obtivemos o seguinte percentual: 25% dos participantes consideraram média; 50%, média superior; e 25%, superior. Se somarmos a escala percentual superior, constatamos que 75% dos entrevistados acreditam que há relação democrática entre monitores e alunos em sala de aula. Os dados expressam a visão dos monitores do PEPVG, que acompanham a construção de nova perspectiva de ensino e aprendizagem defendida no Pré-Enem, baseada no pensamento de Paulo Freire, que afirma: “[...] o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julgam não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa no problema” (FREIRE, 1977, p. 36). Por isso, consideramos importante problematizar a questão da extensão pesquisando sua prática educativa como caminho necessário para a educação democrática.

Outro fator que explica esses índices é a divisão dos alunos em duas turmas, com aproximadamente 50(cinquenta) alunos em cada. Essa organização do PEPVG e o uso de metodologias participativas facilitam a comunicação e a troca de ideias entre monitores e alunos. Entretanto, há a necessidade de implementações mais adequadas de metodologias participativas e práticas pedagógicas, principalmente visando complementar e auxiliar o



estudante na obtenção do saber na sua dimensão profissional e humana.

A terceira questão trata da relação participativa da comunidade no Projeto (extensão), que obteve os percentuais: 50% consideram essa relação como média superior; 12,5%, como superior; 25%, como média; e 12,5% consideraram como média inferior. A partir dos dados, percebe-se que mais de 80% dos participantes da pesquisa consideraram a extensão na relação com a comunidade com um nível superior. Como fatores que indicam a democratização na extensão do PEPVG, podemos citar a inexistência de taxa de inscrição, a oferta de 100(cem) vagas para estudantes em vulnerabilidade social, além da UFPA oferecer materiais para atividades e simulados impressos e online. Apesar desses avanços, continuamos alcançar a concepção de democratização de Fernandes (1960, p. 163) em que afirma: “[...] democratizar o ensino não significa apenas expandir a rede de escolas [...] O ensino precisa ser democrático na sua estrutura, na mentalidade dominante, nas relações pedagógicas e nos produtos dos processos educacionais”. A educação democrática preza pela igualdade entre os sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, favorecendo o pensamento crítico e a autocrítico.

Segundo Tosto (2011), “[...] a ideia inicial das escolas democráticas é envolver os alunos através modificações institucionais, assim eles irão ter participação ativa e espalhar as modificações para todo o sistema”. **Sobre os princípios que orientam a prática educativa do Pré-Enem para a Educação Democrática**, os dados apontam que as “**aulas com metodologias participativas**” receberam a classificação positiva, com 37,5%. Isso ressalta a importância de aulas dinâmicas, da articulação de instrumentos didáticos e pedagógicos que favoreçam a participação dos alunos no processo de ensino e aprendizagem, estimulando a interação “**aluno/monitor**”, a qual foi uma das alternativas muito bem classificada, ilustrando que isso tudo é fruto do próprio PEPVG, que encoraja a “**autonomia dos monitores na organização didática e pedagógica das aulas**”. Esse elemento é fundamental para a construção da educação democrática, pois possibilita que o monitor se sinta parte do processo de construção do conhecimento e desenvolvimento de novas abordagens, favorecendo a criatividade no processo de ensino e a inclusão ativa do monitor no PEPVG. Essa abertura reafirma que os monitores são os mais capacitados a tomar decisões sobre suas metodologias de ensino, uma vez que eles estão nas salas de aula interagindo com os alunos e vendo suas necessidades e dificuldades.

Com relação aos instrumentos pedagógicos no Pré-Enem, que apontam para a Educação Democrática, a alternativa “**espaços de experiências e formação coletiva entre os monitores,**

coordenação e alunos do Projeto” foi avaliada positivamente, com 50%, mostrando a consciência dos monitores em relação à importância da comunicação entre o PEPVG e a comunidade. Esses espaços consistem em reuniões organizativas do Pré-Enem a curto e médio prazos, encontro de formação dos monitores, aulas integradoras entre coordenação, monitores e alunos, entre outros.

Quando levantamos que instrumentos organizativos que favorecem a educação democrática no projeto de extensão, a pesquisa levantou alguns desses possíveis instrumentos no Pré-Enem. Na concepção dos monitores, **“transporte, inscrições gratuitas e sem processo seletivo”** foi melhor avaliado, com um **percentual de 62,5%**, isso pode ser explicado pelo público prioritário do PEPVG ser composto por jovens de baixa renda, cuja participação só é possível pelas condições ofertadas pela UFPA, uma vez que o *campus* fica fora da cidade. Em contraste, **“a participação da comunidade externa na organização do projeto”** não foi tão bem avaliada. Contudo, por se tratar de um projeto de extensão, que inicialmente é elaborado somente pela Universidade, em processo seletivo, com edital específico, consideramos necessário pensar alternativas de participação da comunidade na execução do Pré-Enem em todo seu desenvolvimento. “Como pode a escola atingir seus objetivos se desconhece as condições de vida e as aspirações da comunidade de que provêm seus alunos? É simplesmente impossível” (PILETTI, 2002, p. 139). Outra questão importante da pesquisa foi saber se o modelo de extensão do Pré-Enem contribuiu como referencial teórico e prático para descolonização do modelo de extensão predominante na universidade. Os dados apontam que, **para 87% dos monitores, a proposta educativa do Pré-Enem contribui para descolonizar o pensamento hegemônico de extensão.** Silva (2017, p. 90) afirma que:

A extensão acadêmica tem um papel fundamental na democratização do conhecimento. Sua matriz de popularização da universidade retoma a dimensão dessa instituição como produtora de ciência comprometida com o desenvolvimento humano justo, aproximando-se do mundo da vida.

Nesse sentido, a extensão, no contexto do Pré-Enem, tanto reafirma a concepção freireana de aproximar a academia da realidade da comunidade na produção coletiva do conhecimento, como se relaciona com a concepção de Boaventura de Sousa Santos de extensão ao contrário, uns dos principais objetivos do PEPVG – trazer a comunidade para dentro da universidade. O Projeto contribui para esse acesso, e, mesmo com o atual cenário de desmonte do sentido público da universidade, vai superando as dificuldades e segue ofertando um curso

preparatório para o Enem junto às classes populares com qualidade e quebrando barreiras na descolonização da extensão.

O Pré-Enem Popular Vale do Gurgueia visa democratizar a universidade em seu sentido público. Dessa forma, indagamos se o Pré-Enem consegue priorizar seu público-alvo, quanto à democratização da academia no atendimento de alunos de baixa renda e da rede pública de ensino, e **75% responderam que o PEPVG consegue atender seu público prioritário como jovens de baixa renda, oriundos de escola pública.**

Esse dados revelam que a universidade vem cumprindo seu papel no desenvolvimento social, e que a extensão reafirma a educação como um direito de todos, sobretudo no acesso ao ensino superior. É a partir dessa perspectiva que o Pré-Enem leva oportunidade a quem não tem acesso a cursos preparatórios particulares para o Enem. Mas será que o processo de seleção e a limitação de vagas é um ato democrático? Isso ocorre pelas limitações e dificuldades que o sistema superior de ensino tem de promover educação como direito universal. Uma limitação tem sido o processo seletivo, já que o modelo de projeto de extensão na universidade tem limites de vagas, assim como ocorre nos processos seletivos para os cursos na graduação.

No Pré-Enem Popular Vale do Gurgueia, selecionar alunos a partir de aplicação de uma prova ainda é a maneira de incluir a quantidade de pessoas que é possível ser atendida pelo Projeto, em razão de suas condições estruturais e pedagógicas. As dificuldades são diversas e vão desde as condições de realização da inscrição, com dificuldades de deslocamento até a instituição, passando pela inconstância da presença dos alunos em sala de aula, uma vez que muitos vivenciam dupla e tripla jornada de atividades, como trabalhar e estudar.

Com relação ao questionamento se o Pré-Enem contribui para democratização do acesso ao ensino superior e à universidade, obtivemos as seguintes respostas: **50% dos entrevistados concordam que o PEPVG contribui democraticamente para o acesso ao ensino superior** num nível elevado, considerando que a participação da UFPI e da comunidade no Pré-Enem consegue ir além de um cursinho preparatório para o Enem, agindo na formação do sujeito e proporcionando a troca de saberes igualando os sujeitos envolvidos. Já os outros 50% acham que é uma contribuição de forma média; assim, podemos considerar o fato de ser uma construção e que ainda necessita de ações de aprofundamento e desenvolvimento democrático nas atividades do PEPVG. Portanto, trazer a comunidade para o âmbito universitário é a base do que o intelectual Santos (2010) denomina de extensão ao contrário, ou seja, não é levar o conhecimento da universidade para fora, mas identificar, valorizar e agregar conhecimentos que

já circulam fora dos limites acadêmicos. Por isso, a importância do Pré-Enem de possibilitar a democratização do acesso à academia duplamente aos estudantes de baixa renda, no curso preparatório, que se realiza na UFPI e, posteriormente, no ingresso nos cursos de graduação com aprovação no ENEM.

5 CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa apontam que o projeto de extensão cumpre com o processos de democratização da universidade possibilitando o atendimento de jovens e adultos que estudam em escolas públicas, oriundas de famílias de baixa renda, com dificuldades no aprendizado e que estão tentando acessar a universidade por meio do Enem. O Pré-Enem realiza intercâmbio e interconhecimento entre comunidade e universidade, desenvolvendo o pensamento crítico a partir da democracia participativa e da inclusão social. Essa orientação implica na democratização da educação e da universidade como direito de acesso ao ensino superior junto às classes populares.

Desse modo, a extensão popular contribui para descolonização da concepção de extensão universitária, por meio do Pré-Enem Popular ofertado pela UFPI, oportunizando a formação para os estudantes da graduação que atuam como professores-monitores, fortalecendo sua formação para o exercício da profissão docente; garante a formação de jovens e adultos da comunidade externa para o acesso ao ensino superior por meio da preparação para o Enem, reafirmando o papel da universidade pública e gratuita no desenvolvimento social e na redução das desigualdades educacionais.

A pesquisa aponta que o projeto Pré-Enem Popular Vale do Guragueia exerce papel fundamental na inclusão de alunos em situação de vulnerabilidade no ambiente universitário, de formação humana, por oferecer meios que levam os participantes para o ambiente da universidade, mantendo-os nele. Com inscrições e transporte gratuitos, salas de aula confortáveis e equipadas, disponibilidade de materiais para atividades e simulados, o Pré-Enem abre as portas da universidade para os jovens de baixa renda, possibilitando o contato direto com o ambiente acadêmico. Por meio de metodologias pedagógicas permite aos estudantes aprender e interpretar o conhecimento, sendo não apenas um receptor passivo, com as discussões de temáticas técnicas de preparação para o Enem, mas envolve questões atuais e de

interesse social, econômico, cultural e ambiental, fortalecem o senso crítico e o pensamento independente dos alunos e monitores do PEPVG.

Apesar desses avanços do projeto a pesquisa destaca limitações quanto a garantia da participação do público-alvo, pois o processo de acesso ao Pré-Enem, ainda é seletivo. Portanto, o Pré-Enem tem limitações quanto ao número de vagas, às condições estruturais e pedagógicas para atendimento da comunidade externa, poucos docentes participam de sua coordenação e há limite de participação em relação aos professores-monitores. Nesse itinerário construí uma educação democrática, pressupõe avançar na afirmação da concepção de que aluno é o centro do processo de aprendizagem, portanto deve assumir o protagonismo de seu processo formativo, ultrapassado o modelo de educação possui o professor como o único detentor de conhecimento. Nesse sentido a inclusão social das classes populares no acesso ao ensino superior contribui para democratização da universidade, mas fundamental para uma educação democrática comprometida com erradicação das desigualdades educacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 abr. 1997.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. (Educação Contemporânea).

FERNANDES, Florestan. A democratização do ensino. *In*: BARROS, Roque Spencer Maciel de (Org.). **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. São Paulo. Pioneira, 1960. p. 162-164.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. **Extensão e comunicação?** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

MIGNOLO, Walter D. Cambiando las éticas y las políticas del conocimiento: lógica de la colonialidad y postcolonialidad imperial. **Tabula rasa**, n. 3, p. 47-72, 1975.

PILETTI, Nelson. **Estrutura e funcionamento do ensino fundamental**. 26. ed. São Paulo: Ática, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula.

Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010b. p. 19-83.

SAVIANI, Dermerval. **Educação no período colonial**, 2010. Disponível em:
<http://navegandohistedbr.comunidades.net/a-educacao-no-periodo-colonial-1500-1822>.
Acesso em: 10 jun. 2020.

SILVA, Maria do Socorro Pereira da. **Educação popular, epistemologia transgressora e ciência descolonial: reinventar o conhecimento e a universidade**. 2017. 328 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

TOSTO, Rosanei. Escolas democráticas utopia ou realidade. **Revista Pandora do Brasil**. Cultura e materialidade escolar, 2011.